

BANCÁRIOS DA POUPEX AVANÇAM EM VALORIZAÇÃO COM PROPOSTA DE PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O Sindicato dos Bancários recebeu proposta da Poupex para implantação do Programa de Participação nos Resultados Poupex (PPRP), voltado ao reconhecimento e à valorização dos empregados pelos resultados alcançados pela empresa. A proposta será apreciada em assembleia virtual no dia 28 de janeiro, das 8h às 18h, em votação eletrônica cujo link será disponibilizado aos trabalhadores.

A proposta foi apresentada pela empresa em reunião realizada no dia 18 de dezembro, na sede da Poupex, por meio de seus representantes legais. O Sindicato recebeu a iniciativa de forma positiva, entendendo o programa como um passo importante no reconhecimento do esforço dos trabalhadores e trabalhadoras que

contribuíram para o desempenho financeiro da instituição.

Após a apresentação, o Sindicato encaminhou a proposta para análise do seu departamento jurídico e sinalizou à empresa o interesse em avançar nas negociações. Em nova reunião, realizada no dia 22 de janeiro, Sindicato e Poupex chegaram à formulação final do Programa de Participação nos Resultados Poupex (PPRP), que agora será submetido à deliberação da categoria.

Pela proposta, caso seja aprovada em assembleia, o primeiro pagamento está previsto para o mês de fevereiro, juntamente com a segunda parcela da Participação nos Resultados, respeitando os limites legais.

Para o diretor do Sindicato dos Bancários, **Raimundo Dantas**, o

programa representa um reconhecimento importante do trabalho realizado pelos empregados.

“O pagamento da PPRP vem reconhecer toda a força de trabalho dos colaboradores. Esperamos que esse processo de valorização ocorra com regras transparentes e critérios claros na avaliação dos resultados”, afirmou.

A proposta contempla reivindicações apresentadas anteriormente pelo Sindicato nas mesas de negociação, reconhecendo a dedicação dos trabalhadores que, ao longo dos anos, contribuíram para os resultados positivos da empresa e para a manutenção de sua saúde financeira.

Vale destacar que, conforme a Lei nº 10.101/2000, a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) é uma forma de remuneração variável vin-

culada ao desempenho da empresa, podendo ser paga no máximo duas vezes ao ano, sem incorporação ao salário e sem encargos trabalhistas.

O Sindicato orienta que os bancários da Poupex participem da assembleia e avaliem a proposta apresentada, reforçando a importância da mobilização coletiva na construção de avanços e na valorização do trabalho.

Acesse a assembleia e participe da votação



2026 SERÁ UM ANO DE GRANDES DESAFIOS PARA A CATEGORIA BANCÁRIA

O ano de 2026 não será marcado apenas pela Copa do Mundo e pelas eleições gerais de outubro, que definirão os rumos políticos do país nos próximos anos. Será também um período decisivo para a categoria bancária, com a realização de mais uma campanha salarial para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Os bancos seguem apresentando resultados expressivos, com lucros cada vez mais elevados. Esses números, no entanto, são fruto direto do trabalho intenso das bancárias

e dos bancários, realizado em um contexto de crescente pressão, metas abusivas, assédio institucional e precarização das condições de trabalho. O resultado tem sido o aumento do adoecimento físico e psicossocial, com impactos profundos na saúde mental e emocional da categoria.

Na contramão desses lucros bilionários, o que se observa é a continuidade de um modelo de gestão alinhado à lógica neoliberal, marcado por demissões, redução de equipes, sobrecarga de trabalho e perda de direitos. Essa realidade es-

cancara que o setor financeiro segue priorizando a maximização do lucro, mesmo às custas do sofrimento de seus trabalhadores.

Diante desse cenário, a campanha salarial de 2026 se anuncia como mais uma disputa dura e estratégica. Estarão em jogo não apenas a reposição de direitos, mas a manutenção das conquistas históricas garantidas pela CCT, além da necessidade de avançar na modernização das cláusulas frente às transformações no mundo do trabalho.

Desde já, o Sindicato dos Ban-

cários de Brasília convoca a categoria a se engajar na construção coletiva da campanha salarial. Os desafios estão colocados e os debates serão fundamentais para enfrentar temas centrais, como a defesa do emprego, os impactos da inteligência artificial sobre os postos de trabalho, as novas formas de gestão e a regulamentação do sistema financeiro.

A participação ativa das bancárias e dos bancários será decisiva para fortalecer a luta, garantir direitos e construir respostas à altura dos desafios que 2026 impõe à categoria.

ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA BENEFICIARÁ MAIS DE 30% DA CATEGORIA BANCÁRIA

A nova legislação aprovada pelo Congresso Nacional, que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para rendimentos mensais de até R\$ 5 mil e reduz de forma progressiva a tributação para salários de até R\$ 7.350, deve beneficiar diretamente um número expressivo de bancárias e bancários em todo o país. Estima-se que mais de 30% da categoria, o equivalente a mais de 120 mil trabalhadores, sejam alcançados pela medida.

A mudança representa aumento real de renda para milhares de famílias, com impacto direto no orçamento doméstico e reflexos positivos na economia. O dinheiro que deixa de ser recolhido em impostos tende a ser direcionado ao consumo, à poupança ou ao pagamento de dí-

vidas, contribuindo para a dinamização da atividade econômica.

A medida tem origem em projeto encaminhado pelo governo federal e cumpre um compromisso assumido na campanha eleitoral de 2022. A ampliação da isenção só foi possível porque a proposta veio acompanhada de um ajuste na tributação das altas rendas. Pelo novo modelo, passam a contribuir mais aqueles com rendimentos anuais superiores a R\$ 600 mil, grupo que historicamente pagava uma carga tributária proporcionalmente menor do que trabalhadores assalariados.

Até então, enquanto rendas em torno de R\$ 5 mil estavam sujeitas à alíquota máxima de 27,5%, pessoas com rendimentos muito superiores chegavam a pagar menos

de 10% de imposto efetivo. A nova regra busca corrigir essa distorção e avançar no princípio de que quem ganha mais deve contribuir mais.

Para o Sindicato, a mudança representa um passo importante na direção da justiça tributária, mas não encerra o debate. A entidade reforça que é fundamental a correção anual da tabela do Imposto de Renda pela inflação, como forma de preservar o poder de compra dos salários e evitar que reajustes nominais sejam corroídos pela tributação. Essa é uma pauta permanente do movimento sindical bancário, que seguirá sendo defendida pelo Sindicato e pela Contraf-CUT.

É importante destacar que, desde 1995, os únicos governos que promoveram correções na tabela do Imposto de Renda foram os de Lula e

Dilma, ainda que de forma insuficiente para recompor integralmente as perdas acumuladas ao longo dos anos.

Para Wescly Queiroz, diretor da Fetec-CN/CUT, a medida representa um avanço necessário no sistema tributário brasileiro.

“A medida é extremamente justa sob todas as óticas, especialmente no aspecto tributário, ao cobrar mais de quem tem mais e aliviar quem tem menos. Como o governo tem afirmado reiteradamente, a proposta coloca os ricos no Imposto de Renda e os pobres no orçamento.”

O Sindicato seguirá acompanhando o tema e atuando para que a política tributária avance no sentido da equidade, da valorização do trabalho e da redução das desigualdades sociais.

ESTUDO DO DIEESE REFORÇA IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO PERMANENTE PARA GARANTIR DIREITOS DOS BANCÁRIOS

Dados do Dieese que analisam os reajustes salariais da categoria bancária ao longo de três décadas confirmam um ponto central para o momento atual: os avanços conquistados pelos bancários são resultado direto da organização sindical e da negociação coletiva contínua.

O levantamento mostra que, entre 1995 e 2025, os salários da categoria conseguiram, em média, acompanhar a inflação medida pelo INPC, com períodos de ganhos reais acima dos índices de preços. Esses resultados não foram lineares nem automáticos, mas fruto de campanhas salariais marcadas por mo-

bilização, unidade e enfrentamento aos interesses dos bancos.

No contexto atual, em que os bancos seguem registrando lucros elevados, fechando postos de trabalho e pressionando por redução de direitos, os dados reforçam a necessidade de manter a categoria organizada. Experiências recentes, como os debates sobre participação nos resultados, mudanças no Imposto de Renda e os desafios projetados para 2026, mostram que a disputa por valorização salarial e manutenção de benefícios segue aberta.

O estudo também evidencia a

valorização dos pisos salariais e dos benefícios ao longo dos anos, resultado direto da atuação sindical. Itens como vale-alimentação, vale-refeição, auxílio-creche e PLR tiveram avanços importantes, contribuindo para melhorar as condições de vida dos bancários e bancárias. Ao mesmo tempo, o Dieese alerta que períodos de instabilidade econômica costumam ser usados pelos bancos para tentar conter reajustes e impor retrocessos.

Para o Sindicato, os números reforçam uma mensagem clara: sem negociação forte e permanente, não há garantia de manutenção das

conquistas históricas da categoria. Em um cenário de reestruturações, avanço tecnológico e pressão sobre o emprego, defender salários, direitos e condições de trabalho segue sendo uma tarefa cotidiana.

A valorização dos bancários está diretamente ligada à defesa de um sistema financeiro que cumpra seu papel social. Garantir reajustes reais, preservar direitos e avançar em novas conquistas é essencial não apenas para a categoria, mas para a qualidade do atendimento à população e para um setor bancário mais justo e responsável.

